

CARTA DE PORTO VELHO

Os governadores dos Estados da Amazônia Legal, Confúcio Aires Moura (Rondônia), Tião Viana (Acre), Antônio Waldez Góes da Silva (Amapá), Simão Robison Oliveira Jatene (Pará), Maria Suely Silva Campos (Roraima), Marcelo de Carvalho Miranda (Tocantins), Carlos Henrique Paqueta Fávaro, Governador em exercício (Mato Grosso), José Jorge do Nascimento Júnior, Secretário de Estado de Planejamento, representando do governador José Melo de Oliveira (Amazonas), Carlos Orleans Brandão Junior, Vice Governador, (representando o governador do Maranhão).

Reunidos em Porto Velho, no propósito de assegurar conquistas e garantir soluções conjuntas para os desafios amazônicos, e a defesa da união dos governos estaduais da Amazônia Legal em torno de projetos de interesse mútuo, visando receber um tratamento diferenciado e conjunto e considerando as necessidades e dificuldades que cada estado enfrenta, decidem pela formação do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, para que ocupem seu legítimo lugar no contexto nacional e internacional.

A fim de construírem juntos a melhor estratégia para o efetivo desenvolvimento sustentável de toda região:

- Anunciam a promoção da unidade política e estratégica na área ambiental, com ações integradas e cooperativas, com especial enfoque na implementação do Código Florestal, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Programa de Regularização Ambiental – PRA, Política de Recursos Hídricos, prevenção e combate ao desmatamento e políticas e instrumentos de REDD.
- 2. Ressaltam a necessidade da adoção de mecanismos de incentivos econômicos à conservação ambiental, razão pela qual sugerem a urgente regulamentação e implementação do artigo 41 do Código Florestal (Lei 12.651/2012) por parte do













Executivo Federal. Reforçam ainda a necessidade de prorrogação do prazo previsto no § 2 do Art. 13 da Lei 12.651/2012 (código Florestal) para a conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico dos Estados da Amazônia.

3. Propõem ao Banco da Amazônia a criação da linha de crédito "FNO Sol".

Sensibilizados pela urgente necessidade de enfrentamento aos crimes transnacionais, potencializados na região amazônica em razão das peculiaridades de nossas fronteiras e sabedores que esta criminalidade afeta o desenvolvimento local e lança efeitos nefastos a todas outras regiões brasileiras, propõem:

- 1. o financiamento da segurança pública pela União;
- 2. o encaminhamento das propostas definidas no 14º Fórum da Amazônia Legal para os Presidentes do Pacto Integrador de Segurança Pública e do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, de forma a alertar o Governo Federal quanto à necessidade de maior participação das Superintendências da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal principalmente na região de fronteira;
- 3. a implantação dos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro LAB-LD;
- 4. a potencialização do sistema de inteligência (S3I/SESP do Estado do Mato Grosso -MT) para que seja compartilhado em todos os estados amazônicos;
- a formalização do encaminhamento junto a Força Tarefa para Governança do Clima e Floresta" - GCF, expondo necessidades específicas de modo que os projetos de desenvolvimento ambiental contemplem a área da segurança pública;
- 6. ao Ministério da Justiça, propor o custeio de concurso e formação de profissionais da segurança pública para disponibilizar a Força Nacional, por um período de até dois anos, com posterior retorno aos seus estados, criando-se com isso um ciclo de concurso, formação e cedência, bem como a regionalização da Força Nacional em operações integradas;
- 7. a ampliação da atuação das Forças Armadas nas fronteiras amazônicas, com vistas ao enfrentamento do tráfico de drogas e armas; a federalização da execução integral da pena





L MW



em presídios federais aos integrantes de organizações criminosas e por fim a assinatura de Acordo de Cooperação entre todos os estados da Amazônia.

Reforçam ainda o papel estratégico e transversal da Comunicação Pública na elaboração e execução de políticas públicas, especialmente na Amazônia.

Nós, Governadores reafirmamos que nossa união dará a Amazônia Legal o reconhecimento e posicionamento merecido à nossa região.

Os Governadores decidem, por fim, que o próximo Fórum acontecerá no estado de Mato Grosso.

Porto Velho-RO, 05 de Maio de 2017.

CONFÚCIO AIRES MOURA GOVERNADOR DE RONDÔNIA

TIÃO VIANA GOVERNADOR DO ACRE

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA GOVERNADOR DO AMAPÁ

JOSÉ JORGEDO NASCIMENTO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO REPRESENTANDO O GOVERNADOR DO AMAZONAS





CARLOS ORLEANS BRANDÃO JUNIOR GOVERNADOR EM EXERCÍCIO DO MARANHÃO

CARLOS HENRIQUE PAQUETA FÁVARO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO DO MATO GROSSO

> SIMÃO ROBSON OLIVEIRA JATENE GOVERNADOR DO PARÁ

MARIA SUELY SILVA CAMPOS GOVERNADORA DE RORAIMA

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA GOVERNADORA DE TOCANTINS

